

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

UM ESTUDO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES SOCIO ESPACIAIS EM  
MANAUS A PARTIR DO CASO ZONA FRANCA/ PÓLO INDUSTRIAL DE  
MANAUS

Bolsista: Camilla Parkei Silva Coelho, FAPEAM.

MANAUS  
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL  
PIB-H /0049/2014  
UM ESTUDO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES SOCIO ESPACIAIS EM  
MANAUS A PARTIR DO CASO ZONA FRANCA/ PÓLO INDUSTRIAL DE  
MANAUS

Bolsista: Camilla Parkei Silva Coelho, FAPEAM.  
Orientador: Profº Drº José Exequiel Basini Rodriguez

MANAUS  
2014

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas, ao LEPAPIS e os seus autores. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos

Esta pesquisa, financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Amazonas – FAPEAM, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas, foi desenvolvida pelo LEPAPIS- Laboratório de Estudos Pan-amazônicos e Intervenção Social e se caracteriza como sub- projeto do Projeto Cidades em Perspectiva: um estudo sócio-espacial sobre Manaus e Montevideú.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>1. 1 OBJETIVOS .....</b>	<b>4</b>
<b>1.1.1 Geral .....</b>	<b>4</b>
<b>1.1.2 Específicos .....</b>	<b>5</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>6</b>
<b>2.1 O QUE SÃO OS ESTUDOS SOCIO ESPACIAIS? .....</b>	<b>6</b>
<b>2.2 UMA ANÁLISE DO DECRETO LEI Nº 288 .....</b>	<b>8</b>
<b>3 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>3. 1 CARACTERIZAÇÃO DOS BAIRROS .....</b>	<b>12</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>18</b>
<b>CRONOGRAMA.....</b>	<b>20</b>

## INTRODUÇÃO

O forte da Barra do São José do Rio Negro construído em 1669, próximo a confluência entre os Rios, Negro e Amazonas, é o marco inicial da cidade de Manaus. Mesquita (2009, p. 110) descreve-a como sendo: “uma construção quadrangular, muito singela, feita de pedra e barro”. Desde então, a cidade, têm passado por conjunturas econômicas, sociais, políticas e culturais que a tornaram tal como ela se apresenta hoje, uma metrópole em meio à selva, com prédios e casas suntuosas, trânsito caótico, avenidas perimetrais.

Uma dessas conjunturas, a qual é o marco para este estudo, iniciou-se em 1969, com a instalação da Zona Franca- Pólo Industrial. Este modelo econômico trouxe para a cidade aquilo que Lefebvre (1969) aponta como sendo o ponto de partida para a problemática urbana, o processo de industrialização. Este apodera-se da cidade, modifica-a, rompe seus antigos núcleos e apodera-se deles. Este processo é dialético, tendo dois aspectos, a industrialização e a urbanização, pois a industrialização não produz apenas empresas, mas também estabelecimentos diversos, centros bancários, escritórios, áreas logísticas, entre outros. Desta forma, configura-se como objetivo principal deste estudo compreender as transformações sócio-espaciais ocorridas na cidade a partir deste modelo econômico.

A zona franca de Manaus foi, nos anos 50, uma iniciativa do então deputado Francisco Pereira Silva que resultou na Lei n.º 3.173, de 6.6.57. Em 1967, quando já haviam decorridos dez anos sem que ela saísse do papel, através do decreto- Lei n.º 288, de 27.2.67, teve seus dispositivos legais alterados para permitir uma política especial de incentivos fiscais pelo prazo de trinta anos, prorrogados até 2.013 com a Constituição de 1988, cujo objetivo era criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário. (Botelho Antonio, 2006)

“A zona franca de Manaus foi fruto de uma estratégia das forças militares para que a Amazônia fosse ocupada pelos brasileiros, a primeira grande questão era a grande área com pouca população, essa área era muito ambicionada por outras nações, como: Alemanha, Rússia, EUA, Inglaterra. Essa ambição era de tornar a Amazônia patrimônio da humanidade, que ela não fosse mais comandada pelos brasileiros, queria fazer uma internacionalização, então os militares com seus pensamentos estratégicos, estabeleceram bases para defender a Amazônia, mas no governo de Marechal Castelo Branco apenas as forças armadas não conseguiriam manter principalmente a posse da Amazônia ocidental, já que a oriental já

estava bastante povoada e até degradada, devido o avanço muito desordenado, sem planejamento. Então o governo resolveu que precisávamos de algo mais, de algo que fosse muito além das forças armadas, precisavam de um projeto de desenvolvimento que mantivesse a população lá e atraísse outros povos e negócios pra região, de início foi um plano geopolítico que deu certo.`` (Entrevista seu Gilmar de Oliveira. 03/07/2013).

Os objetivos específicos deste estudo foram reformulados para assim abarcar de maneira objetiva e crítica a temática proposta, são eles: Caracterizar os impactos sociais e econômicos referentes aos bairros de Coroadó, Japiim e Mauazinho como consequência do modelo ZFMe PIM; Localizar empresas e serviços vinculados a ZFM e PIM nas unidades urbanas em estudo; Identificar a geração de emprego e renda como indicadores do desenvolvimentos dos bairros a partir do modelo econômico gestado pela ZFM/PIM. Estabelecer de forma comparativa particularidades e diferenças dos três bairros estudados no que se refere às influências do modelo ZFM e PIM, nessas áreas urbanas da cidade de Manaus.

Quando a metodologia esta também foi revisada, antes a mesma se referia apenas à pesquisa bibliográfica, mas para enriquecimento do trabalho, foi incluída na mesma, o trabalho de campo, com a utilização de técnicas de observação, entrevistas, relatos de vida e registros áudio visuais para assim compreender as diversas visões dos atores sociais envolvidos no processo de instalação do Pólo Industrial de Manaus (PIM). Este trabalho virá a ser realizado em: unidades direta e indiretamente impactadas pelo modelo, estas unidades, são os bairros de: Coroadó, Japiim e Mauazinho. Tendo já sido iniciado o trabalho de campo nos referidos bairros.

Para o propósito deste texto, o desenvolvimento lógico será, num primeiro momento, realizarei uma breve conceitualização sobre os estudos sócio espaciais. Em seguida, apresentarei um breve histórico da cidade de Manaus vinculado ao estudo em pauta sócio espaciais. Na segunda, desenvolverei uma análise da conjuntura na qual foi elaborado o Decreto-Lei nº 288 que regulamentou a Zona Franca.

E, finalmente ponderarei as percepções dos habitantes das unidades mencionadas em relação aos impactos e transformações da cidade, a partir da instalação da ZFM e PIM.

## 1. 1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Geral

- Descrever as transformações sócio-espaciais causadas na cidade de Manaus após a instalação da ZFM e PIM.

### 1.1.2 Específicos

- Caracterizar os impactos sociais e econômicos referentes aos bairros de Coroado, Japiim e Mauzinho como consequência do modelo ZFM e PIM;
- Localizar empresas e serviços vinculados a ZFM e PIM nas unidades urbanas em estudo;
- Identificar a geração de emprego e renda como indicadores do desenvolvimento dos bairros a partir do modelo econômico gestado pela ZFM/PIM.
- Estabelecer de forma comparativa particularidades e diferenças dos três bairros estudados no que se refere as influências do modelo ZFM e PIM, nessas áreas urbanas da cidade de Manaus.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 O QUE SÃO OS ESTUDOS SOCIO ESPACIAIS?

A Zona Franca, e seu correlato, o Pólo Industrial colaboraram para diversas transformações sócio-espaciais urbanas em Manaus, a partir da implementação de um novo modelo econômico baseado no investimento de capitais de um número importante de grupos econômicos que se afincaram em esta região, assim como para a geração de mão de obra qualificada nesta região. Pelo seu significado para a região, a Zona Franca, é um tema vastamente explorado, mas que será abordado neste projeto a partir dos estudos sócio espaciais. Mas o que são os estudos sócio espaciais? Quais são as suas características principais? Essas e algumas outras questões irão ser elucidadas neste capítulo.

É importante destacar que esta pesquisa situa-se dentro de um projeto Binacional intitulado *Cidades em perspectiva: Um estudo sócio-espacial sobre Manaus e Montevideú* o qual, tem como objetivo realizar estudos sobre o conceito de sócio espacialidade, através de uma metodologia antropológica de natureza comparativa. Este projeto Binacional se concretiza como esforço de uma rede de estudos internacionais denominada RESE ( Rede de Estudos Sócio Espaciais), que têm vários núcleos, tanto em cidades na América do Sul, como na América do Norte e Europa. A abordagem sócio-espacial proposta nesta pesquisa e vinculada a RESE diferencia-se daquela já estabelecida e aceita desde a década de 80.

Esse campo foi consolidado a partir da década de 80, que percebeu que para compreender a problemática urbana era necessário compreender também que havia uma correlação entre o campo social e o campo espacial, este campo de estudo como afirma Piazzini estabeleceu-se:

[...] fundamentalmente orientado al estudio de las problemáticas urbano-regionales que para su tratamiento exigen reconocer La interdependência de los factores espaciales y sociales, así como La necesidad de adoptar para tal efecto tanto escalas locales e globales.[...](PIAZZINI, 2012)

Henri Lefebvre (1969), em sua obra o Direito a Cidade, afirma que antes da industrialização, que se inicia do século XX, a cidade já existia. A primeira vista parece esta ser uma conclusão óbvia, mas a mesma têm muito significado. A partir do processo de industrialização a cidade, que já preexistia, é tomada, "[...] a indústria apodera-se da cidade,



assalta-a, toma-a, assola-a. Tende a romper os antigos núcleos, apoderando-se deles” (FREIRE, XXX).

A industrialização motivou mudanças na produção e reprodução das relações sociais como também no espaço, pois a cidade para atender as demandas do capital irá reorganizar-se espacialmente. Lefebvre (1969) aponta que o processo de industrialização é na verdade um duplo processo, isto é, industrialização e urbanização, pois o processo de industrialização não produz apenas empresas, mas áreas logísticas, lojas, escritórios, avenidas, centros bancários e financeiros, entre outros estabelecimentos.

Mark Gottdiener (1985) foi também um dos autores que consolidou este campo salientando a relação entre o campo social e espacial. Ao escrever sobre a produção social do espaço, o autor assinalou que os problemas contemporâneos da cidade estão crescentemente relacionados aos aspectos de natureza espacial. Com isto ele estabelece um conceito chave para a futura “sociologia urbana”.

Eis a primeira característica que diferencia o campo teórico da década de 80 com o da Rede de Estudos Sócio Espaciais, compreende-se que os estudos sócio-espaciais não estão situados dentro de uma disciplina, tais como Lefebvre e Gottdiner (1995) fizeram estabelecendo-o dentro da sociologia, mas que diferenciam-se das disciplinas tais como, geografia, história, sociologia pela sua transversalidade, isto é, os estudos sócios espaciais perpassam diferentes áreas do conhecimento e procuram dialogar e desconstruir conceitos já estabelecidos.

Outro ponto importante que vem a definir o campo dos estudos sócio espaciais não é a complementaridade, mas a tensão entre o campo espacial e o campo social. Não se trata de dizer que o espaço tem uma dimensão social e que esta representa uma expressão do físico e nem que o espaço é o resultado de interpretações sociais, práticas discursivas e significações culturais. Os estudos sócios espaciais não devem ser tidos como uma maneira de ganhar o conceito de espaço para o âmbito social ou vice-versa, mas de desconstruir e construir uma nova epistemologia e ontologia que possa compreender as categorias de espaço e tempo.

Alguns autores caminharam e caminham na busca desta nova epistemologia são: Michel Foucault (1971) que realiza uma crítica a concepção do espaço como sendo algo inerte, imóvel, fixo em contraposição ao dinâmico, vivo e humano; José Luís Pardo estabelece que há uma estreita relação entre alma, espírito e tempo afirmando que a materialidade e o espaço tem um lugar secundário e abstrato; David Harvey (2001), Milton Santos (2004), Eduard Soja (2011) tem procurado construir uma nova ontologia onde o espaço e o tempo são estudos de

maneira simétrica, isto é, considerando as duas perspectivas como estando num mesmo patamar.

## 2.2 UMA ANÁLISE DO DECRETO LEI Nº 288

A zona franca de Manaus (ZFM) foi criada pelo decreto lei nº 288 de 28 de fevereiro de 1967 tendo, como afirma o artigo 1º do mesmo, a finalidade de criar na Amazônia um centro comercial, industrial e agropecuário para assim possibilitar condições econômicas que permitissem o desenvolvimento da região, LUKACS (1968, p. 106) afirma que “a realidade e a essência só podem ser compreendidas quando as mediações relativas à particularidade e universalidade ocultas na imediatez são postas à luz”, isto é, necessita-se compreender as conjunturas sociopolíticas globais e regionais da elaboração do decreto-lei para assim perceber o seu verdadeiro caráter, a seguir nos deteremos nesses aspectos.

A partir da crise de 1929, também lembrada como a “quinta-feira negra”, ocorreram relevantes mudanças que afetaram todo o globo, mas que se consolidaram apenas após a II Guerra Mundial. Alguns estudiosos procuraram entender a crise e dar respostas a ela, um desses autores, que ficou posteriormente conhecido por sua teoria foi John Maynard Keynes (1883-1946). Keynes (1992) propôs que para que os países saíssem da crise o Estado deveria passar a intervir na economia para assim reativá-la, o que na época ia de encontro com os princípios da Mão Invisível do mercado pregado por Adam Smith, em seu livro, A Riqueza das Nações.

Após a II Guerra, a prioridade dos países europeus e do Japão, era recuperar-se da mesma. Esses países estabeleceram metas tendo como referência o passado e não o futuro. Para isso utilizaram aquilo que Hobsbawm (1995) chama, a riqueza popular, isto é, a política keynesiana de pleno emprego. Segundo Sandroni (1999), o keynesianismo foi:

Uma modalidade de intervenção do Estado na vida econômica com qual não se atinge totalmente a autonomia da empresa privada, e que prega a adoção, no todo ou em parte [...]. Tais políticas propunham o problema do desemprego pela intervenção estatal, desencorajando o entesouramento em proveito das despesas produtivas, por meio da redução da taxa de juros e do incremento dos investimentos públicos (SANDRONI, 1999)

Ao keynesianismo aliou-se o Fordismo, o mesmo, foi uma mudança técnica na maneira de produzir no qual foi inserido o uso da linha de montagem e da eletricidade, a produção era em massa para o consumo em massa, também se caracterizou pelos acordos coletivos com os trabalhadores para que os mesmos tivessem lucro em relação a

produtividade do trabalho (BEHRING, 2006). Sandroni (1999) afirma que o fordismo era baseado no:

Princípio de que uma empresa deve dedicar-se apenas a produzir um tipo de produto. Para isso, a empresa deveria adotar a verticalização, chegando a dominar não apenas as fontes das matérias-primas, mas até os transportes de seus produtos. Para reduzir os custos, a produção deveria ser em massa, e dotada de tecnologia capaz de desenvolver ao máximo a produtividade de cada trabalhador. O trabalhador deveria ser também altamente especializado, cada operário realizando apenas uma tarefa. E para garantir elevada produtividade, os trabalhadores deveriam ser bem remunerados e as jornadas de trabalho não deveriam ser muito longas. (SANDRONI, 1999).

Bens e serviços que apenas uma minoria tinha como usufruir passaram a ser produzido para um mercado em massa. Também vale destacar que parte da tecnologia usada na guerra passou, posteriormente, ao uso civil sendo utilizada para produzir diversos produtos, tais como aponta: “Televisão, discos de vinil (os LPS, surgiram em 1948), seguidos de fitas e dos compactdiscs; pequenos rádios portáteis transistorizados, relógios digitais, calculadoras de bolso a bateria e depois a energia solar; e os eletrodomésticos, equipamentos de foto e vídeo”. (HOBSBAWN, 1995, p. 261)

Nos anos gloriosos, tanto de direitos como também de crescimento econômico nos países de capitalismo desenvolvido, os países negociavam cada vez mais uns com os outros. A partir da década de 60, a economia mundial passou a ser, mais transnacional do que internacional, ou seja, passou a existir: ”um sistema de atividades econômicas para as quais os territórios e fronteiras de Estados não constituem o esquema operatório básico, mas apenas fatores complicadores”. (HOBSBAWN, 1995, pg. 272)

Essa transnacionalização do capital permitiu a criação de uma nova divisão internacional do trabalho como, por exemplo, a empresa Volkswagen instalou suas fábricas, na Argentina, Brasil, Nigéria, Peru, África do Sul, México. Deve-se destacar que a tecnologia criada durante o período de ouro do desenvolvimento do capitalismo, principalmente, na área do transporte permitiu que a linha de produção fosse dividida em diversas partes do mundo, visando é claro a lucrativa do capital.

Algumas dessas linhas de produção vieram a localizar-se nas Zonas Francas, Pereira definiu zona franca como,

[...] uma área fechada, isenta de aplicação da legislação alfandegária vigente no território onde se situa. Nela mercadorias vindas do exterior são desembarcadas, manipuladas, transformadas, embaladas e reembarcadas, sem nenhum controle alfandegário. As atividades que ali se desenvolvem podem ser de comércio, de indústrias ou ambas, com o possível predomínio

de uma delas. Em qualquer dos casos, essas ações estão sempre voltadas para a exportação.[...] (PEREIRA, 2006, PÁG. 111)

Essas zonas francas espalharam-se principalmente pelos países onde havia uma mão de obra barata, na sua maioria, mulheres e jovens eram recrutadas para trabalhar nas empresas localizadas nas zonas francas. A zona franca instalada em Manaus caracterizou-se, pela produção de artigos eletrônicos, produtos de papel, relógios digitais os quais exportavam para empresas americanas, holandesas e japonesas. ( HOBBSAWN, 1995, pag. 275)

O Keynesianismo e o Fordismo, foram os pilares para aquilo que veio a ser chamado de WelfareState ou Estado de Bem Estar Social estabelecido primeiramente na Inglaterra, por ser na época o país mais desenvolvido em relação ao capitalismo. Neste, o Estado passa a ser protetor e garantidor de direitos, sociais e trabalhistas, os quais foram conseguidos graças à luta dos trabalhadores, esses direitos passam a constituírem-se como direitos fundamentais da pessoa humana. Behring e Boschetti (2007) apud Mishra (1995) afirma que os princípios do WelfareState, são:

Responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado nível de emprego; prestação de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais; 2) universalidade dos serviços sociais; 3) implantação de uma rede de segurança de serviços de assistência social.(BEHRING E BOSCHETTI, 2007, p.94)

Os Estados passaram a investir grandemente na seguridade social, assistência, saúde e educação, tal como se estabelece o tripé de seguridade no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, mas que pela política neoliberal foi chamada de anacrônica e sua concretização sendo inviabilizados pelo mesmo, os princípios que vigoravam eram os da universalidade de acesso aos serviços sociais e uma forte segurança social.

O Fordismo preconizava a produção em massa, e a política keynesiana, o pleno emprego, os quais permitiram que o consumo também fosse a massa e assim a economia movimentava-se. E como afirma Hobsbawn(1995):

[...] nenhum homem faminto e sóbrio pode ser convencido a gastar seu último dólar em outra coisa que não comida. Mas uma pessoa bem vestida, bem abrigada e em todo mais bem cuidada pode ser convencida a escolher entre um barbeador e uma escova de dentes elétrica. Juntamente com preços e custos, a demanda do consumidor se torna sujeita a administração.[...] (HOBBSAWN, 1995, p.252)

Em 1964, ocorreu no Brasil, o Golpe Militar que institui no país um regime totalitário e de não democracia, foi durante este período que o Decreto- Lei n ° 288 que institui a Zona

Franca na cidade de Manaus. Este projeto estava inserido nas linhas mestras da Operação Amazônia, idealizada pelo Governo Militar, cujo tema era "Integrar para não Entregar". Problemas econômicos, políticos e sociais, levaram os militares a criarem o projeto Amazonia Legal, que tinha como principal motivação a integração dessas terras, para não entregarem para outros países que ambicionavam essas terras: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondonia, Roraima, Tocantins e parte dos estados do Mato Grosso e Maranhão. (Entrevista, seu Gilmar de Oliveira. 03/07/2013)

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS BAIRROS**

Através dos estudos realizados nos determinados bairros, pudemos obter as seguintes informações:

O bairro do Coroado surgiu no ano de 1971, quando moradores vieram do interior da cidade de Manaus e de outros estados, e invadiram as terras da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), em busca de melhores condições de vida. Os moradores iniciaram a fabricação de carvão, com a produção dele, várias famílias foram chegando, e quanto mais elas chegavam, o desmatamento à procura de terras ou mesmo um local para morar aumentou, mas não era somente a fabricação de carvão que chamava atenção das pessoas menos favorecidas, mas sim a proximidade que o bairro tem do Distrito Industrial.

Em 1973 houve a derrubada de muitas casas, e muitos moradores foram retirados dali pelos policiais. Nessa época chegou um senhor chamado João Corrêa, um homem determinado a conquistar aquelas terras, e lutou para construir o bairro, como não foi nada fácil, os moradores passaram a chamá-lo de João Coragem, daí surgiu o nome do bairro que foi inspirado na novela Irmãos Coragem, que fazia muito sucesso naquela época.

O Coroado desde a sua fundação, lutou muito por melhorias econômicas e sociais, muitos dos moradores são trabalhadores do distrito industrial que investiram em pequenas empresas para suprir as necessidades dos moradores, o crescimento foi tão grande que chamou atenção de muitos empresários, que fez com que os moradores não precisassem ir ao centro, o bairro é abastecido por mercados, com preços bem acessíveis, lojas de roupas, padarias, farmácias, restaurantes, oficinas, borracharias, igrejas, serviço de pronto socorro (SPA) e o 11º DIP- Distrito Integrado de Polícia, loterias, centro comunitário, onde a comunidade pode usufruir de esportes, cursos de inclusão ao mercado de trabalho e biblioteca.

Esse desenvolvimento começou a partir do momento que os moradores vieram para Manaus, a procura de empregos na zona franca, e polo industrial. Tivemos contato com o presidente do bairro, o senhor Waldener Azevedo, relatou que esse desenvolvimento tornou-se possível a partir da intervenção da zona franca na cidade, as empresas tem parcerias com os moradores do bairro e patrocinam muitos projetos para formação dos jovens e esportes para diminuir a quantidade de crianças nas ruas, a zona franca não interviu somente economicamente,mas também socialmente, a população atualmente é de 55.515 moradores.

O bairro do Japiim surgiu no ano de 1969, quando muitos trabalhadores foram chegando as terras próximas ao conjunto 31 de março, que foi construído pela antiga Cohabam (companhia habitacional do Amazonas), muitas famílias foram criando pequenas casas, pois era um ponto estratégico, pela proximidade delas ao trabalho, grande parte dos moradores do japiim foram os pioneiros na zona franca da Manaus, fato esse que desenvolveu o bairro tanto economicamente como socialmente. Neste bairro havia muitos pássaros japiins, por isso lhe foi dado esse nome.

O Japiim desde a sua fundação desenvolveu-se rapidamente, esse crescimento dar-se pela proximidade do distrito, o que trouxe muitas empresas, e distribuiu muitos empregos, com esse crescimento, o bairro passou a chamar mais atenção, e muitas famílias foram procurando um terreno, para morarem no bairro, com o crescimento dos moradores, foi necessário a construção de escolas, padarias, oficinas, supermercados, igrejas, borracharias, fábricas. O bairro é vizinho de uma das melhores universidades do Brasil, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) reconhecida como a primeira do Brasil.

Esse desenvolvimento só foi possível pela intervenção da zona franca, que trouxe muitos empregos, e mudou a vida de muitos moradores, o bairro é um dos que tem maior poder econômico por fazer ligações com o distrito, e ter muitas empresas, no bairro encontra-se o Studio 5, tem cinema, feiras, e o importante órgão da administração estadual (SEDUC) secretaria estadual de educação e cultura, tem muitas lojas comerciais, bares e etc. O bairro está localizado na zona sul de Manaus, faz limites com os bairros, raiz, coroad, petrópolis e o Distrito Industrial, sua população é de 58.616 habitantes.

O bairro do Mauzinho surgiu no ano de 1968, quando algumas pessoas ocuparam uma área de seringal nas proximidades do rio Amazonas, no ribeirão já se encontrava cerca de 30 famílias, os moradores se uniram e começaram a desmatar parte da floresta para que fosse habitada. Os primeiros moradores eram pescadores, que tiravam do rio o meio de sustentar suas famílias, o bairro foi construído em cima de um cemitério, é um bairro cheio de becos sem saída, e muitas escadarias, com essa estrutura o tráfico, e uso de drogas é muito fácil, o nome lhe foi dado pelo fato de ser conhecido como um bairro mau, perigoso.

Meses depois da habitação dessas famílias, a SUFRAMA pressionou os moradores a saírem das terras alegando a posse delas. Novamente os moradores se reúnem e procuram seus direitos com a ajuda da mídia, durante alguns anos a SUFRAMA deixa os moradores, mas em junho de 1984 volta a reivindicar a posse da área, utilizando tratores e com a ajuda da polícia tenta retirar os moradores, casas foram derrubadas, e começou confrontos diretos entre moradores e policiais, mas os moradores não desistiram de continuar naquelas terras, tentaram

negociar com a SUFRAMA, através do coronel Rodolfo. As terras só foram liberadas com as negociações feitas pela moradora AntoniaZilma e foram apoiadas pela igreja católica.

O Mauzinho desde sua fundação lutou muito por melhorias, por se situar na zona leste da Manaus, tudo fica distante, então os moradores tinham a necessidade de ter escolas, feiras, mercados, lojas comerciais, ônibus, ruas asfaltadas e etc. Muitos dos moradores trabalham no porto Ceasa que também faz parte da zona franca, o poder econômico deste bairro é o Porto. O surgimento do mauzinho está ligado a instalação completa da zona franca, com os moradores trabalhando e tendo apoio das empresas, o bairro começou a crescer, e chamar a atenção de várias outras famílias de renda muito baixa, desempregadas, que procuravam melhores condições de vida.

O desenvolvimento desse bairro está completamente ligado aos benefícios que a zona franca trouxe para a cidade, com grande parte dos moradores trabalhando na zona franca e polo industrial, esse bairro cresceu muito, em infra- estrutura, escolas, mercados, os moradores conseguiram que fosse instalada no bairro uma Unidade Básica de Saúde (UBS), tem policiamento, uma ONG que ajuda a retirar os jovens e crianças do mundo das drogas, tentam tirar essas crianças das ruas e colocar dentro das escolas, já conseguiram também centros esportivos, cursos básicos para a inclusão desses jovens no mercado de trabalho, transporte público e etc. O bairro está localizado na zona leste de Manaus, sua população é de 11.719 moradores.





Figura 1 Mapa dos bairros adjacentes à Zona Franca de Manaus. Adaptado, FONTE: IBGE, 2011.

## **CONCLUSÃO**

A partir dos dados coletados e analisados na pesquisa, percebemos a influencia e o impacto da implantação da Zona Franca de Manaus no desenvolvimento sócio econômico e espacial nos três bairros destacados (Coroado, Mauzinho e Japiim), com o advento de tal mecanismo social para a criação ou geração de empregos a ZFM auxiliou bastante na fixação da população dos bairros. Cada bairro apesar de sua peculiaridade e característica possuiu em comum o modelo habitacional, pois todos eles foram criados e desenvolvidos a partir de trabalhadores rurais e estrangeiros que procuravam condições trabalhistas e salários melhores, em maior porcentagem compostos de cearenses, pernambucanos, roraimenses, rondonienses, acreanos entre outros indivíduos do norte e nordeste brasileiro.

O impacto social foi muito grande pois houve uma fase de transição entre o trabalho rural e o trabalho industrial, com a ZFM a população saiu das zonas de trabalho rurais e migraram para o trabalho industrial, isso se deve ao fato de que esse novo modelo de trabalho poderia trazer aos indivíduos melhores condições de vida e moradia que não seriam possíveis em seus locais de origem. Hospitais, projetos sociais entre outras vantagens que a ZFM trouxe também impactou a urbanização e fixação dos moradores nesses três bairros. Além de todos esses fatores outros pontos de desenvolvimento social podem ser destacados como a indústria

de jóias preciosas, empresas automobilísticas, empresas de gêneros alimentícios, todas essas indústrias influenciaram diretamente na vida de cada morador, uma vez que não existia mão de obra especializada na capital, portanto essas empresas pioneiras que foram implantadas junto a ZFM se tornaram grandes multinacionais e multi-internacionais que possuíam sua própria mão de obra, que era realizada pelos moradores destes bairros gerando assim renda e empregos o que possibilitou a urbanização nos bairros, sendo que a localização espacial da ZFM auxiliou a construção deste espaço urbano.

A ZFM de Manaus não impacta somente esses espaços sociais, ela também representa dentro do modelo econômico desenvolvimentista, e mediaticamente “sustentável”, de ser responsável pela defesa de 96% dos espaços ambientais na cidade, porém a mesma indústria que protege a partir de insumos para preservação é aquela que acaba auxiliando em sua decadência, com o aumento da produção industrial, a poluição gerada por essas empresas que compõe uma destruição em massa de recursos naturais de nossa floresta, com o aumento da população em uma cidade que se desenvolve sem planejamento, é muito difícil proteger a floresta, de um desenvolvimento industrial tão grande como a Zona Franca. Podemos perceber que esse projeto trabalha na defesa do meio ambiente e ao mesmo tempo degrada, sendo assim ela protege recursos naturais para posteriormente beneficiar-se do uso dos mesmos.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, Adil de Jesus Paes de. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. Petrópolis, RJ:VOZES, 1990
- BASINI, José. Cidades em perspectiva: um estudo sócio-espacial sobre as cidades de Manaus e Montevidéu. Em: Programa de Cooperação Internacional CAPES- UdelarR. Projeto 018/2010. Manaus. Programa de Pós graduação em Antropologia Social e Departamento de Antropologia. Universidade Federal do Amazonas, 2010.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.
- BERING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- DECRETO LEI n ° 288, de 28 de fevereiro de 1967. Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona franca de Manaus, Manaus, 1967..
- III CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SÓCIO-ESPACIAIS .CIDADES, FRONTEIRAS E MOBILIDADE HUMANA. UFAM, Manaus 23, 24, 25 de 2011.
- GOTTDIENER, Mark. (1985/1995) The Social Production of UrbanSpace. Austin: University of Texas Press
- GUIGOU, Nicolás & BASINI, José. Ciudades en perspectiva: un estudio socioespacial sobre las ciudades de Manaus y Montevideo. Em: Revista Anuário de Antropología Social y Cultural de Uruguay. Montevidéu, Ed.Nordan Comunidad &Sonia Romero Gorski. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Universidad de la República, 2011. Disponível em: <[www.unesco.org.uy/shs/es/areas-de-trabajo/ciencias-sociales/publicaciones.html](http://www.unesco.org.uy/shs/es/areas-de-trabajo/ciencias-sociales/publicaciones.html)>
- HOBBS, Eric J. “Anos dourados” em Era dos Extremos: o breve século XX. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapeamento político do Brasil. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default\\_territ\\_int.shtm?c=3](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_int.shtm?c=3)>. Acesso em 05/08/2013.
- KEYNES, John Maynard. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (*General theory of employment, interest and money*). Tradutor: CRUZ, Mário Ribeiro da. São Paulo: Editora Atlas, 1992
- LEFEBVRE, Henri. O Direito á Cidade. Editora Documentos LTDA. São Paulo, 1969.
- MESQUITA, Otoni. La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890-1900). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- OLIVEIRA, J.A. As cidades da Amazônia (org). Cidade de Manaus: visões interdisciplinares, Manaus: EDUA, 2013.

PIAZZINI, Carlo Emilio Suárez. Los estudios sócioespaciales: campo de tensiones y caminos recorridos. Em: III Congresso de Estudos Sócio-espaciais. Cidades, fronteiras e mobilidade humana. Manaus, 2011..

